



O campesinato tradicional da Zona da Mata mineira: tentativa etnográfica *The traditional peasantry of Zona da Mata, Minas Gerais, Brazil: an ethnographic attempt*

SOARES, Josarlete Magalhães¹

¹ Universidade Federal de Viçosa, josarlete.soares@ufv.br

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Campesinato e Soberania alimentar

Resumo: Neste texto apresentamos aspectos do modo de vida e alguns dos principais elementos constitutivos da organização social camponesa tradicional na porção central da Zona da Mata de Minas Gerais. A necessidade dessa caracterização surge num esforço de registro desse modo de vida e na identificação de suas contribuições para a construção de uma sociedade agroecológica. A principal fonte de pesquisa foram os relatos orais de indivíduos que integravam as comunidades tradicionais de agricultores localizadas nos municípios de Brás Pires e Viçosa. Os resultados foram sistematizados em dois conjuntos de temas: um deles relacionado ao universo material e outro vinculado aos valores morais circulantes nesta sociedade, dimensões essas integradas no cotidiano de reprodução da vida. Pudemos identificar alguns princípios de organização social e de relações com o meio que acreditamos serem referências para o fazer agroecológico na construção de sociedades mais solidárias e autossustentáveis.

Palavras-chave: sociedade camponesa, cultura material camponesa, sociabilidade camponesa, economia de subsistência.

Introdução

Este texto apresenta parte de uma pesquisa de doutorado realizada entre os anos de 2014 e 2018. Aqui trazemos à análise aspectos relacionados ao modo de vida e alguns dos principais elementos constitutivos da organização social camponesa tradicional na porção central da Zona da Mata¹ de Minas Gerais. Mais especificamente, a pesquisa foi realizada nos municípios de Brás Pires e Viçosa (FIG. 1). A necessidade dessa caracterização surge num esforço de registro desse modo de vida tradicional, em franco processo de desaparecimento, e na identificação de suas contribuições para a construção de uma sociedade agroecológica.

Metodologia

Além da revisão bibliográfica sobre o conceito de campesinato, este trabalho teve como principal fonte de pesquisa os relatos orais de indivíduos que, no passado, integravam as comunidades tradicionais de agricultores localizadas nos municípios

¹ O recorte territorial Zona da Mata diz respeito a uma das mesorregiões delimitadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE antes da nova regionalização proposta no ano de 2017. A Lei Estadual nº 23.207/2018 institui a Zona da Mata mineira como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica.



de Brás Pires e Viçosa. Foram realizadas 19 entrevistas semiestruturadas com idosos e idosas residentes nesses municípios, com idade entre 72 e 89 anos. Essas entrevistas versavam sobre aspectos relacionados ao modo de vida da família nuclear original do/a entrevistado/a, abarcando sua infância e juventude. Nossa investigação foi direcionada, assim, ao momento histórico compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e o golpe militar no Brasil, em 1964.

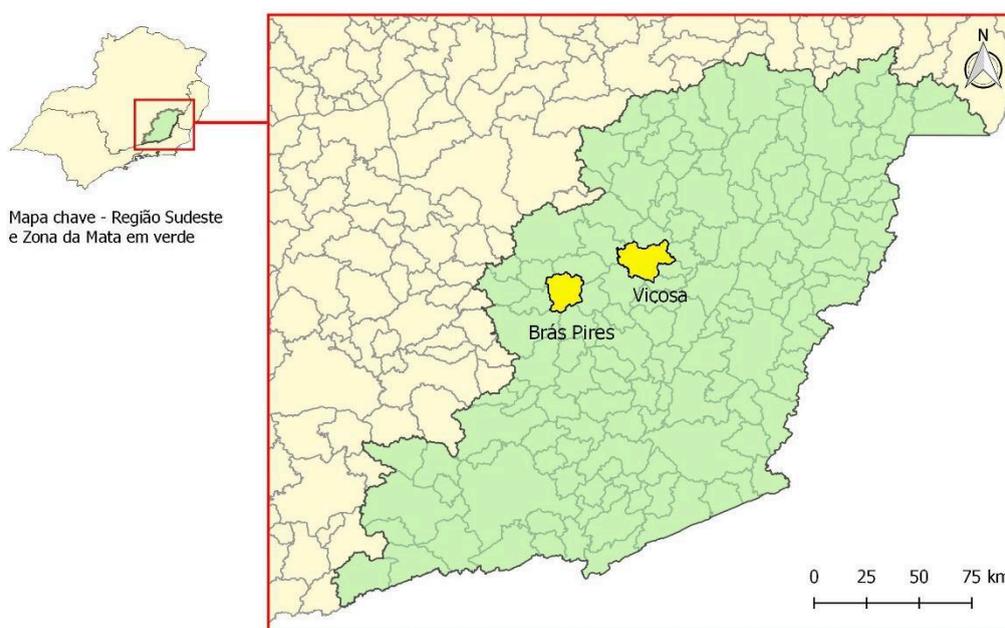


Figura 1 – Zona da Mata com seus limites municipais (em destaque os municípios de Brás Pires e Viçosa).

Fonte: Elaboração a partir de dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portal de Mapas. Disponível em <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/porta1.php#mapa219396>>, acesso em 21/11/2017.

A questão da subsistência perpassou a elaboração das perguntas, assim como aspectos relacionados ao trabalho, sua divisão familiar e social. Também questões de caráter cultural e comportamental foram levantadas, principalmente sobre a alimentação e o preparo dos alimentos, as relações de sociabilidade, utensílios utilizados nas residências, materiais e técnicas de construção. A caracterização procedida tentou aproximar-se, assim, de um estudo etnográfico. Segundo Mattos (2011, p. 51), a etnografia:

Compreende o estudo, pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas (...). Em etnografia, holisticamente, observa-se os modos como esses grupos sociais ou pessoas conduzem suas vidas com o objetivo de revelar o significado cotidiano nos quais as pessoas agem. O objetivo é documentar, monitorar, encontrar o significado da ação.



No entanto, a impossibilidade da vivência de um modo de vida que ficou cristalizado no passado, assim como o desafio do estudo do passado a partir da memória, são aspectos que reconhecemos como limitantes à conformação dessa etnografia.

Resultados e Discussão

As características identificadas para o campesinato tradicional nos municípios em estudo foram sistematizadas em dois conjuntos: um deles relacionado às materialidades diversas presentes no dia a dia e outro relacionado aos valores morais que orientavam as relações sociais naquele contexto. É preciso dizer que tal categorização foi realizada apenas por necessidade analítica, uma vez que o universo do mundo material e dos valores morais estavam intimamente relacionados no processo de reprodução da vida cotidiana. A proximidade geográfica e o contexto de colonização comuns foram responsáveis pela existência de diversas semelhanças econômicas, sociais e culturais entre as populações rurais dos dois municípios, o que os insere num contexto regional que guardava – e ainda guarda – relativa uniformidade nas formas de reprodução social.

Conforme apontado por Antonio Cândido (1982), no meado do século XX, nossa sociedade rural desfrutava de relativa estabilidade em suas formas de reprodução material e de interação com o ambiente. Na região em estudo, ao longo de praticamente dois séculos de ocupação territorial, uma cultura própria se desenvolveu a partir das referências trazidas pelos pioneiros e do confronto com o meio e os recursos naturais disponíveis. Nas áreas rurais de Brás Pires e Viçosa predominava, assim, uma agricultura de subsistência que tinha na família nuclear tradicional – pai, mãe e filhos, em geral numerosos – sua unidade de produção e de consumo. Cultivos diversos eram mantidos fundamentalmente para a reprodução da família, afinal “ocê comia o que ocê plantava” (Seu Rodolfo², 78 anos). Dentre as principais culturas identificadas, o milho, o feijão e a cana de açúcar podem ser considerados as mais importantes, estando cotidianamente na mesa dos sitiantes. Uma diversidade de frutas, hortaliças, legumes e raízes também se fazia presente. O milho era usado ainda na alimentação dos animais, principalmente as galinhas e porcos, o que aumentava sua importância e, conseqüentemente, a extensão de suas roças. A criação de animais complementava as necessidades alimentares, além das de transporte e de força motriz. E às atividades agrícolas propriamente ditas se somavam os diversos processamentos artesanais feitos no próprio sítio. Tudo isso garantia certa autossuficiência para a família rural.

Embora a posse de maiores extensões de terras permitisse diversificação das atividades e a existência de agregados, o que contribuía para aumentar a segurança alimentar e material da família, o modo de vida, em geral, era muito semelhante entre as distintas classes de famílias agricultoras. A restrita circulação de produtos industrializados – num momento em que a própria industrialização do Brasil era restrita – e um sistema de transporte que guardava semelhanças com o mundo

² A identidade de nossos entrevistados foi preservada mediante a utilização de pseudônimos.



colonial colaboravam para certa uniformidade no modo de vida, com poucas variações, independente da quantidade de terras que a família tinha em seu domínio.

Outro fator que contribuía para tal uniformidade era a inexistência de fornecimento de energia elétrica no meio rural. A vida se organizava considerando efetivamente o dia, dedicado intensivamente ao trabalho, e a noite, momento de reclusão e descanso. Os diversos processamentos necessários para o preparo dos alimentos utilizavam a força motriz humana e/ou dos animais, sobretudo o cavalo e o boi, ou da água. A madeira, ou melhor, a lenha – como era e ainda é chamada – também era uma fonte de energia de fundamental importância. A coleta da lenha era feita normalmente nas florestas próximas ou no interior do próprio sítio. Vale destacar que a floresta, nesse momento, se constituía como uma área de uso comum, independente da existência de algum título de propriedade incidindo sobre ela.

Relativamente ao universo das normas sociais, das formas de interpretação e de conduta no mundo, foram identificadas quatro categorias importantes: família, reciprocidade, trabalho e natureza/religiosidade. Conforme Mendras (1978), a família era a única instituição segura para o camponês, a base de sua organização social. Vivendo em regime de economia fechada, consumindo basicamente o que se produzia no sítio e mantendo relações muito restritas com o mercado, o papel da família era, de longe, mais importante para a ordem social camponesa do que o papel do Estado ou o da Igreja. Mantendo-se a estabilidade da família e sua continuidade, o camponês mantinha a estabilidade e a continuidade de sua própria sociedade. Para tanto, o acesso à terra era fundamental e, além dele, toda uma hierarquia e organização do trabalho originada nos laços de parentesco deveria ser respeitada. O respeito à hierarquia de família e aos mais velhos também encontrava respaldo na importância da tradição oral para aquela sociedade. Tradição essa que, juntamente com o aprendizado prático, possibilitava a transmissão de conhecimentos dos mais experientes aos mais jovens.

O mecanismo da reciprocidade, bastante difundido na sociedade em estudo, corresponde a uma relação simultaneamente econômica e de sociabilidade. Por reciprocidade entendemos a dinâmica de retribuição de prestações, geradora de vínculo social, conforme identificada por Marcel Mauss (2003). Embora o intercâmbio com o mercado capitalista eventualmente ocorresse – para a venda de determinados produtos e para a aquisição daqueles poucos que os sítiantes não produziam –, era por meio da reciprocidade que os camponeses realizavam a maior parte de suas trocas. Para Mauss (2003, p. 188), o modo como a reciprocidade operava nas sociedades “anteriores à nossa” funcionava de forma análoga ao mercado antes da instituição dos mercadores e da invenção da moeda. Num contexto de baixa circulação da moeda e pequena ocorrência do trabalho assalariado, o princípio da reciprocidade fundamentava trocas materiais e simbólicas. E embora as prestações e contraprestações se estabelecessem de forma voluntária, por meio de regalos e presentes, elas eram, no fundo, rigorosamente obrigatórias. A moral e a ética, inclusive religiosa, instituíam certa



obrigatoriedade em retribuir o presente recebido. E não menos importante que a obrigação de retribuir era a obrigação de dar. Estando em condições materiais para compartilhar determinado recurso, a recusa da doação era a recusa da aliança e da comunhão. Desse modo, os momentos de dar-receber-retribuir possibilitavam a criação de vínculos sociais entre os indivíduos e as famílias, instituindo um sistema de trocas fundamentado no princípio da reciprocidade. Entre os elementos trocados, a comida tinha valor central. O trabalho era outro elemento frequentemente trocado, em sistema de mutirões. Assim como os alimentos, o trabalho era imbuído de uma virtude especial, uma vez que falava da família, da terra e da própria vida do camponês.

Para Margarida Moura (1986, p. 54), o vínculo do camponês com a terra materializa-se justamente a partir do trabalho familiar. O trabalho “constrói” a terra – “amansa” a natureza e produz a subsistência – e também a família, articulando papéis sociais. De modo geral, cabia ao chefe da família, via de regra o pai, a direção e realização das atividades de derrubada e limpa das áreas de plantio, o estabelecimento e manutenção das roças e os serviços relacionados à colheita. Também estava sob sua responsabilidade o trato com os animais de grande porte. A mulher podia estar presente em algumas tarefas do roçado, mas muitas vezes se restringia às atividades que executava no interior da casa e no terreiro contíguo. Existiam, no entanto, muitas formas de se valer do trabalho feminino, que atua complementarmente às tarefas masculinas em vários níveis. Essa construção de espaços sociais também pode ser notada relativamente ao trabalho dos filhos, inclusive as crianças. Ele estava presente tanto na ajuda às tarefas domésticas quanto nas propriamente agrícolas. O trabalho das crianças, além de representar uma ajuda efetiva na provisão do sustento da família, tinha uma função educativa de grande importância. Isso porque a transmissão do saber sobre o trabalho se dava no próprio trabalho. O saber é um saber-fazer, que constrói a hierarquia familiar, e o fazer é, assim, um fazer-aprender (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p. 11). Era no trabalho que as crianças aprendiam técnicas de cultivo, processamento e preparo dos alimentos, o cuidado com os animais e o manejo de diversos instrumentos, desenvolvendo uma série de habilidades necessárias à vida camponesa. Também era no trabalho que elas desenvolviam o respeito para com os pais e os mais velhos e o valor de seus ensinamentos

Por fim, outro valor camponês que gostaríamos de destacar é a relação de proximidade com a natureza que se processava no plano da religiosidade. Segundo Margarida Moura (1986), o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. Vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa, o camponês é um observador cuidadoso do ambiente. Um exemplo disso era o uso da orientação pelo sol, uma vez que a grande maioria das famílias rurais não possuía relógio. Embora pareça banal, a orientação pelo sol implicava sua observação sistemática, ao longo do dia e do ano. E, além do sol, o olhar para o céu também percebia a movimentação das nuvens e do vento, a possibilidade de chuva, a variação das estrelas e da Lua. As fases da Lua indicavam, inclusive, os melhores momentos



para o plantio e para a coleta da madeira. Nessa vivência mediada pela observação da natureza, o inexplicável era invariavelmente trazido para o plano do sagrado.

Uma descrição e interpretação mais alongadas das diversas características do campesinato tradicional da Zona da Mata central, incluindo citações dos relatos orais que fundamentaram nossa tentativa de reconstituição dessa cultura, podem ser encontrados em Soares (2018, p. 58-104).

Conclusões

Com esta pesquisa pudemos identificar alguns princípios de organização social e de relações com o meio que acreditamos serem referências para o fazer agroecológico na construção de sociedades mais solidárias e autossustentáveis. Um desses princípios é o baixo consumo de energia associado ao uso de recursos eminentemente locais. Outro princípio é a organização social fundamentada numa coletividade solidária, permeada pelas diversas dimensões das relações de reciprocidade. Também o valor do trabalho, elemento valorizado na construção da vida e da dignidade camponesa, fundamental em seus processos educativos e ainda não completamente mercantilizado e alienado naquele contexto, nos traz ensinamentos no sentido da superação das relações de opressão e exploração.

Referências bibliográficas

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 6 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

MATTOS, Carmem Lúcia G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, C; L. G., and CASTRO, P. A., orgs. **Etnografia e educação**: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Disponível em SciELO Books <http://books.scielo.org>, acesso em 03/07/2023.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 183-314.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

SOARES, Josarlete Magalhães. **Capitalismo, urbanização e campesinato: transformações socioespaciais nos municípios de Brás Pires e Viçosa (Minas Gerais) na segunda metade do século XX**. 2018. 189 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.



WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997. 192 p.